



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

ANEXO I

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº 09/2020**

Processo Administrativo n.º 23327.253468.2020-70

(CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TIC)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Referência é a aquisição de licenças de software para suportar demandas existentes e futuras que possibilitem a continuidade dos serviços prestados pelo IF Baiano à comunidade. A aquisição se dará conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/ CATSER	UND	QTD	VALOR UNIT MÉDIA	VALOR TOTAL
1	VcenterServer – Licença de uso, compatível com soluções VMWARE-Vsphere. Licença perpetua	27464	UND	1	R\$ 26.035,00	R\$ 26.035,00
2	Acesso via web a banco de imagens eletrônicas para ilustração profissional – Licença 12 meses.	27499	UND	2	R\$ 7.828,67	R\$ 15.657,33
3	Microsoft Visio Licença perpetua	27456	UND	4	R\$ 2.868,75	R\$ 11.475,00
4	Autocad – including specialized toolselts (2D e 3D). Licença 3 anos	27502	UND	1	R\$ 22.446,00	R\$ 22.446,00
5	Autocad LT(2D). Licença 3 anos	27502	UND	4	R\$ 4.878,33	R\$ 19.513,33
TOTAL					R\$ 64.056,75	R\$ 95.126,66



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Considerando a crescente demanda por serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), em face da necessidade de continuar a prover recursos computacionais que permitam o melhor desenvolvimento das atividades, apoiando à execução de tarefas administrativas e gestão de atividades finalísticas, torna-se necessário a aquisição de Licenças de Software para comportar essas demandas.

Além de suprir as necessidades de suas atividades, a Reitoria mantém serviços que atendem direta ou indiretamente a todo IF Baiano, buscando sempre o alinhamento com o negócio, mantendo a continuidade dos serviços e sendo capaz de suportar as demandas existentes e futuras.

As Licenças de Software visam atender demandas específicas que afetam o dia a dia do trabalho e que impactam nos serviços prestados a comunidade. As necessidades demandadas por estes ativos são variadas e sempre convergem para que o Instituto possa prestar de maneira adequada os serviços, sem causar impacto ao desenvolvimento das atividades administrativas do IF Baiano.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. De acordo com o parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 10.520, de 2002, a natureza do objeto a ser contratado é comum, cujos padrões de qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI

- 4.1. Conforme tabela apresentada no item 1 deste Termo de Referência segue lista dos ativos de TI: VcenterServer, banco de imagens eletrônicas, Microsoft Visio, Autocad, Autocad LT,

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 5.1. As licenças deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho;
-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

- 5.2. As entregas eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail ngt@ifbaiano.edu.br, com confirmação de recebimento;
- 5.3. Constatada a ocorrência de divergência na especificação do produto entregue, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar a substituição em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da notificação da ocorrência por parte da CONTRATANTE.
- 5.4. Os produtos em meio eletrônico deverão ter sua conferência feita pelo portal de gestão de licenças do fabricante.
- 5.5. As licenças serão recebidas provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.6. As Licenças poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.7. As Licenças serão recebidas definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

- 6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e no edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre inconsistências detectadas no produto, para que seja substituído;
- 6.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa vencedora;
- 6.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.7. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio do servidor responsável pelo evento, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 6.1.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

- 7.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.1.2. Proceder a entrega dos produtos, em conformidade com o quantitativo e especificações constantes neste Termo de Referência;
- 7.1.3. Fornecer o link para **acesso/download** das Licenças de softwares;
- 7.1.4. A CONTRATADA deverá informar à contratante, pelos mecanismos formais de comunicação, sobre o lançamento de upgrades e/ou novas versões dos produtos;
- 7.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência;
- 7.1.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.8. Comunicar qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários
- 7.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.10. Arcar com todas as despesas decorrentes da entrega dos produtos;
- 7.1.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte a entrega do material sem prévia e expressa anuência do IF Baiano;
- 7.1.12. Não serão aceitas licenças do Tipo *Original Equipment Manufacturer (OEM)*.
-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
 - 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
 - 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
 - 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
 - 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
 - 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
 - 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
 - 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
 - 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
 - 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
 - 11.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
 - 11.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

11.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

11.14.1. $EM = I \times N \times VP$, sendo:

11.14.2. EM = Encargos moratórios;

11.14.3. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

11.14.4. VP = Valor da parcela a ser paga.

11.14.5. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{I = 0,00016438}{(6 / 100)} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

365

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

- 12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 13.1. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante no momento da assinatura do contrato.
 - 13.2. A empresa contratada deverá fornecer novas versões corretivas ou evolutivas dos softwares, mesmo em caso de mudança de designação do nome do software, devendo compreender a correção de falhas e implementação de melhorias no produto, independentemente de correções tornadas públicas.
 - 13.3. As atualizações ou correções das versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual.
-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

- 13.4. O suporte técnico deverá estar disponível, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em português ou por meio de um tradutor;
- 13.5. Disponibilidade para abertura de chamado: 24x7x365 (*web, e-mail* ou telefone).
- 13.6. O atendimento será preferencialmente remoto. Caso haja necessidade de intervenção local, esta poderá ser executada. Nos dois casos, sempre com acompanhamento da equipe técnica da CONTRATANTE.
- 13.7. Os prazos e as regras de garantia contratual de cada item, fornecido pelo fabricante, será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto e constará no ANEXO II do edital.
- 13.8. A garantia será prestada com vistas a manter as Licenças fornecidas em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante
- 13.9. Deverá fornecer o direito de “updates” e “upgrades” durante o período de suporte, sem custo adicional para a Contratante;
- 13.10. Deverá a Contratada disponibilizar canais de atendimento (indicar na proposta) para abertura e gerenciamento de chamados relacionados a execução da garantia;
- 13.11. Os problemas apresentados durante a garantia devem ser solucionados nos prazos conforme estabelecido no ANEXO II do edital, após a comunicação formal da contratante;

14. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 14.1 A CONTRATADA deverá seguir os procedimentos básicos mínimos de segurança listados:
-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

a) Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, inclusive sua Política de Segurança da Informação e Comunicação – quando aplicável ao objeto;

b) A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE;

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

15.2.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.2.3. Fraudar na execução do contrato;

15.2.4. Comportar-se de modo inidôneo;

15.2.5. Cometer fraude fiscal;

15.2.6. Não mantiver a proposta.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

15.2.7. Ensejar o atraso no processo licitatório em consequência da inobservância a qualquer mensagem emitida pelo Pregoeiro, por meio do chat no SISTEMA COMPRASNET.

15.3. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

15.3.1. Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

15.3.2. Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

15.3.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.3.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

15.3.3.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do item contratado;

15.3.3.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

15.3.3.4. Multa compensatória pela recusa em efetuar o fornecimento ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 5% (cinco por cento) do valor do objeto contratado.

15.3.3.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

15.3.3.6. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Termo de Referência e não abrangida nas alíneas anteriores: a partir de 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

15.3.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.3.5. Impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. As multas estabelecidas nos sub itens 15.3.3.2 a 15.3.3.6 anteriores podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas na Lei 8.666/93;

15.6. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

15.7. A multa deverá ser recolhida no prazo de 5 (cinco) dias após comunicação, por escrito, por parte do IF Baiano;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

15.8. O órgão Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos sub-ítem anteriores e de outras previstas em lei;

15.9. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

15.10. Pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, fica a Contratada sujeita, além, das penalidades de multas, às demais sanções previstas na Lei 8.666/93, de acordo a infração cometida;

15.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

15.13. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

15.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 95.126,66 (Noventa e cinco mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos).**

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. A Dotação Orçamentária para cobertura das despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrá à conta de dotação própria de Custeio e Capital do orçamento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Baiano.

17.2. Conforme Decreto 7.892/2013, artigo 7º, § 2º: “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

Elaborado por:

Equipe de Planejamento constituída pela **PORTARIA 752/2020 - RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 21 de julho de 2020.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO

ANEXO II

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO	GARANTIA
1	VMware vCenter Server 6 Standard for vSphere 6 (Per Instance) + Production Support/Subscription VMware vCenter Server 6 Standard for vSphere 6 (Per Instance) for 3 years	<p>A solução de gerenciamento de plataformas de virtualização deve conter:</p> <p>a) Capacidade de gestão de pelo menos dez mil máquinas virtuais em funcionamento simultâneo;</p> <p>b) Suportar pelo menos trezentas conexões administrativas simultâneas;</p> <p>c) Deverá permitir gerência centralizada de todo o parque virtualizado, a partir de uma única console;</p> <p>d) Possuir console centralizada WEB, para acesso ao ambiente de virtualização;</p> <p>e) A console WEB deverá suportar Mozilla FireFox, Internet Explorer e Google Chrome;</p> <p>f) A Console de gerência centralizada deverá permitir a criação de <i>workflows</i>, para automação e orquestração os processos de virtualização;</p> <p>g) Deverá permitir o compartilhamento dos recursos físicos do servidor entre as máquinas virtuais, com possibilidade de definir a quantidade mínima e máxima de CPUs e memória para cada máquina virtual;</p> <p>h) Deverá permitir o compartilhamento dos recursos físicos do servidor entre as máquinas virtuais;</p> <p>i) Permitir a criação de ambiente de alta disponibilidade (<i>cluster</i> ou tecnologia equivalente ou superior) entre as máquinas</p>	Garantia técnica do fabricante por período de, no mínimo, 3 (três) anos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

		<p>virtuais, independentemente de se estas estão em servidores físicos diferentes ou não;</p> <p>j) Permitir funcionalidade de migração de uma máquina virtual desde uma máquina física para outra máquina física, sem necessidade de interrupção dos serviços da máquina virtual;</p> <p>k) Permitir a migração de máquinas virtuais entre diferentes servidores físicos, para fins de manutenção, balanceamento de carga e ou <i>upgrades</i>, sem desligamento da máquina virtual e sem interrupção do serviço utilizando <i>storage</i> compartilhado;</p> <p>l) Permitir no mínimo 4 migrações simultâneas de máquinas virtuais entre dois servidores físicos simultaneamente;</p> <p>m) Permitir que as migrações distribuam a carga entre duas placas de rede;</p> <p>n) Permitir migração de máquinas virtuais entre diferentes servidores físicos sem precisar de <i>storage</i> compartilhado, sem desligamento da máquina virtual e sem interrupção do serviço;</p> <p>o) Possuir funcionalidades de detecção de falha de uma máquina física, migrando automaticamente as máquinas virtuais afetadas para controle de outra máquina física e procedendo à sua ativação automaticamente.</p> <p>p) Deverá suportar um grupo de até 64 servidores simultaneamente; q) Possuir funcionalidades de detecção de falha de uma máquina física, migrando automaticamente as máquinas virtuais afetadas para controle de outra máquina física e procedendo à sua ativação automaticamente sem parada de produção, ou seja, com zero de tempo de inatividade;</p>	
--	--	--	--



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

		<p>r) Possuir funcionalidades de detecção de falha do sistema operacional de uma máquina virtual, procedendo à sua ativação automaticamente após um período pré-definido;</p> <p>s) Permitir priorizar automaticamente determinado recurso (CPU e memória) a determinada máquina virtual no caso de concorrência de recurso sem necessidade de desligar a máquina virtual;</p> <p>t) Permitir que ferramentas de <i>backup</i>, tais como, <i>Tivoli</i>, <i>Netbackup</i> realizem <i>backup</i> e recuperação incrementais, diferenciais e de imagem completa de máquinas virtuais para os sistemas operacionais Windows e Linux centralizados, sem agentes. O <i>backup</i> passa a ser feito na camada de virtualização. O gerenciamento é feito por serviço de <i>backup</i>, eliminando o peso do <i>backup</i> sobre os servidores físicos ou máquinas virtuais;</p> <p>u) Permitir que ferramentas de terceiros façam o <i>backup</i> de imagens de múltiplas máquinas virtuais simultaneamente sem a necessidade de desligá-las; v) Permitir a criação de novas máquinas virtuais através de modelos já criados (biblioteca de <i>templates</i>), e prontos para serem instalados em qualquer servidor físico que componha o ambiente de servidores consolidados;</p> <p>w) Permitir a visualização gráfica da topologia da infraestrutura virtual;</p> <p>x) Permitir criar modelos de configurações para <i>hosts</i> físicos e replicá-los para outros <i>hosts</i> da solução de virtualização;</p> <p>y) Permitir o monitoramento em tempo real e otimizar a utilização dos recursos não utilizados pelos <i>hardwares</i>;</p>	
--	--	---	--



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

		<p>z) Permitir monitoramento da utilização individual de cada servidor físico e de cada máquina virtual criada;</p> <p>aa) Permitir configurar faixas de alarme para monitoração de CPU, memória, rede e disco que alertem após um período de tempo pré-definido no estado de alerta; ab) Permitir monitoração e notificação de alertas parametrizados através de <i>e-mail</i>, <i>traps</i> SNMP e <i>scripts</i>;</p> <p>ac) Permitir exportar dados de performance no formato de Excel e HTML;</p> <p>ad) Permitir agendamento de tarefas tais como desligar, mover, criar, ligar máquinas virtuais;</p> <p>ae) Permitir parar, iniciar, suspender, reiniciar máquinas virtuais;</p> <p>af) Permitir o ajuste de uso de CPU e memória por máquina virtual;</p> <p>ag) Permitir adicionar CPU e memória a uma máquina virtual sem parada de produção;</p> <p>ah) Permitir armazenar dados e estatísticas de monitoração;</p> <p>ai) Permitir criação de recursos de alta disponibilidade para toda infraestrutura virtual. No caso de perda de um servidor físico, isto deve significar apenas menos recursos e não indisponibilidade de servidores. As máquinas virtuais serão reiniciadas automaticamente, onde houver recursos;</p> <p>aj) Permitir coletar informações de performance de servidores físicos, analisar e sugerir cenários para a consolidação dos servidores físicos em máquinas virtuais. A consolidação sugerida pode ser feita com servidores físicos existentes ou adicionando</p>	
--	--	--	--



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

		<p>novos servidores com suas respectivas configurações de <i>hardware</i>;</p> <p>ak) Ser capaz de configurar através de interface gráfica a associação de uma ou mais placas de rede a uma máquina virtual, permitindo a distribuição de carga entre as placas de rede e configuração de tolerância a falhas;</p> <p>al) Permitir múltiplos <i>snapshots</i> de uma máquina virtual a quente;</p> <p>am) Possuir API para integração com a console de gerenciamento das máquinas virtuais;</p> <p>an) Permitir integração com a console de gerenciamento através de <i>Web Service</i>;</p> <p>ao) Permitir que máquinas virtuais se conectem a dispositivos USB conectados ao servidor físico;</p> <p>ap) Permitir integração com o sistema de diretórios MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY e OPEN LDAP, possibilitando integrar a estrutura de usuários com a hierarquia de segurança dos grupos de servidores e máquinas virtuais sem precisar alterar o esquema do serviço de diretório;</p> <p>aq) Permitir gerenciar o acesso a console de administração de forma granular. Dessa forma, cada usuário ou grupo terá uma quantidade de ações que ele pode executar na console de administração;</p> <p>ar) A console de gerenciamento deverá permitir no mínimo a granularidade de acesso para as seguintes ações: ligar uma ou mais máquinas virtuais; desligar uma ou mais máquinas virtuais; criar máquinas virtuais; remover máquinas virtuais; criar <i>templates</i> de máquinas virtuais; criar <i>cluster</i> de máquinas virtuais; adicionar e remover</p>	
--	--	--	--



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

		<p>um servidor físico à console de gerenciamento; criar grupos de permissão e associar a usuários;</p> <p>as) Deverá possuir granularidade de permissão a nível de <i>cluster</i>, servidor físico e máquina virtual;</p> <p>at) Permitir utilização de soluções de segurança de mercado que façam a análise e remoção de “<i>malware</i> – ameaças” na camada do “<i>hypervisor</i>”, eliminando a necessidade da instalação de agentes no nível da máquina virtual;</p> <p>au) Permitir proteção das máquinas virtuais e seus dados integrando com ferramentas terceiras de <i>backups</i> em disco e permitindo que elas façam <i>backup</i> sem a necessidade de agente instalado nas máquinas virtuais, com desduplicação, para reduzir o uso do espaço de <i>backup</i> em disco, tudo isso de forma agendada;</p> <p>av) Permitir replicação de máquinas virtuais “<i>power-on</i>” de um servidor físico (<i>host</i>) para outro via rede WAN ou LAN, sem necessidade de uma solução de <i>storage</i> com replicação nativa.</p>	
2	Acesso via web a banco de imagens eletrônicas para ilustração profissional – Licença 12 meses.	<p>Acesso via web a banco de imagens eletrônicas e vídeos para ilustração profissional pelo período de 12 (doze) meses.</p> <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- acesso via web (1 login) de banco de imagens;- site com acervo mínimo de 28.000.000 de imagens (fotos, ilustrações e imagens vetoriais);- imagens com resoluções mínimas de 21x29,7cm em 300 dpi (salvo quando se tratar de imagem vetorial);- permissão para baixar no mínimo 1200 imagens, cuja validade seria 12 meses;	<p>Garantia técnica do fabricante por período de, no mínimo, 12 (doze) anos.</p>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

		<p>- licença de uso das imagens de forma ilimitada e por tempo indeterminado (royalty-free).</p> <p>Permitir uso por tempo ilimitado das imagens aplicadas a trabalhos realizados durante o período de vigência da assinatura;</p> <p>Permitir autorização para recorte, manipulação digital, aplicação de efeitos, alterações de cor e fusão das imagens com outras, sendo do banco ou não.</p> <p>O banco deve disponibilizar a busca por conteúdo dentro do acervo através de palavras-chave ou temas;</p> <p>Ter declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.</p>	
3	Microsoft Visio Licença perpetua	<p>Licença do Microsoft Visio Professional 2019 -Licenciamento Perpétuo Editor de Diagramas vinculados a dados. Recursos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Suporte a padrões do setor (UML, BPMN, SDL) 2. Vinculação de dados simples 3. Compartilhamento 4. Edição flexível 5. Indicadores de presença em tempo real 6. Edição simultânea de equipe 7. Suporta várias fontes de dados 8. Diagramação baseada em dados 9. Suporte ao AutoCAD 	<p>Garantia técnica do fabricante por período de, no mínimo, 3 (três) anos.</p>
4	Autocad – including specialized tooselts (2D e 3D).	<p>Autocad – including specialized tooselts (2D e 3D). Licença 3 anos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Permitir a criação e edição de geometrias em 2D; 2. Permitir a criação e edição de modelos 3D com sólidos, superfícies e objetos de malha; 3. Permitir anotações em desenhos com texto, dimensões, tracejados e tabelas; 4. Permitir a personalização da faixa de 	<p>Garantia técnica do fabricante por período de, no mínimo, 3 (três) anos.</p>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

		<p>opções e paletas de ferramentas; 5. Permitir a personalização com APIs e aplicativos complementares; 6. Permitir a extração de dados de objetos para tabelas; 7. Permitir que sejam anexados e importados dados de arquivos PDF; 8 Permitir a aplicação e monitoramento de normas de CAD. 9. A licença deve ter validade de 36 meses; 10. Deve ser fornecido o acesso a todos os recursos e funcionalidades do Autodesk AutoCAD - including specialized toolsets AD Single; 11. Deve ser fornecido acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade da licença; 12. Deve ser indicado o endereço para download do software e a forma de gerenciamento da licença de usuário junto à Autodesk; 13. Deve ser fornecido suporte para instalação e ativação do produto; 14. Deve ser executável em ambiente Windows e Mac OS;</p>	
5	Autocad LT(2D). Licença 3 anos	<p>Autocad LT(2D). Licença 3 anos</p> <p>Deve oferecer os seguintes recursos: 1. Permitir a criação e edição de geometrias em 2D; 2. Permitir anotações em desenhos com texto, dimensões, tracejados e tabelas; 3. Permitir a personalização da faixa de opções e paletas de ferramentas; 4. Permitir que sejam anexados e importados dados de arquivos PDF; 5. As licenças devem ter validade de 36 meses; 6. Deve ser fornecido o acesso a todos os recursos e funcionalidades do Autodesk AutoCAD LT; 7. Deve ser fornecido acesso a upgrades e novas versões durante o período de validade das licenças; 8. Deve ser indicado o endereço para download do software e a forma de</p>	<p>Garantia técnica do fabricante por período de, no mínimo, 3 (três) anos.</p>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO**

		gerenciamento das licenças de usuários junto à Autodesk; 9. Deve ser fornecido suporte para instalação e ativação do produto; 10. Deve ser executável em ambiente Windows e Mac OS.	
--	--	---	--